

FNE exige esclarecimentos urgentes do EduQA e garantias de credibilidade dos processos de avaliação

A Federação Nacional da Educação (FNE) manifesta a sua profunda preocupação perante as sucessivas notícias que têm vindo a público relativamente a anomalias identificadas em processos da responsabilidade do Instituto de Educação, Qualidade e Avaliação – EduQA, I.P.

As situações tornadas públicas, amplamente divulgadas pelos órgãos de comunicação social e que envolvem dúvidas quanto ao rigor, à transparência e à fiabilidade de procedimentos da responsabilidade daquele Instituto, não podem continuar sem um esclarecimento célere, completo e credível.

A FNE exige que o EduQA esclareça, com carácter de urgência, todas as situações que têm vindo a ser identificadas, prestando informação clara sobre:

- 1 - a natureza e a dimensão dos problemas detetados;*
- 2 - as causas que estiveram na sua origem;*
- 3 - as medidas já adotadas para a sua correção;*
- 4 - a garantia de que os direitos dos alunos e dos docentes serão salvaguardados;*
- 5 - os mecanismos que impedirão a repetição de situações semelhantes no futuro.*

A confiança nas instituições públicas constrói-se através da transparência, do rigor e da responsabilização. Quando estão em causa processos de avaliação com impacto direto na vida académica e profissional de milhares de alunos e docentes, qualquer falha assume uma gravidade acrescida e exige uma resposta proporcional.

Não basta reconhecer que ocorreram problemas. É indispensável que o EduQA demonstre publicamente que possui capacidade técnica, organizacional e de gestão para os resolver de forma rápida, justa e definitiva.

Caso não sejam dadas essas garantias, ou caso se confirme a incapacidade de assegurar a normal condução destes processos, a FNE considera que deverão ser assumidas as respetivas responsabilidades políticas e de gestão, incluindo a substituição dos responsáveis pela condução do Instituto, por forma a restabelecer a confiança dos cidadãos e das comunidades educativas.

A FNE continuará a acompanhar atentamente esta situação, exigindo que sejam protegidos os direitos de todos os envolvidos e que seja preservada a credibilidade dos processos de avaliação, condição essencial para a confiança no sistema educativo português.

Porto, 29 de junho de 2026

Federação Nacional da Educação (FNE)